MOÇÕES APROVADAS 16° CONEB

MOÇÕES CONSENSUADAS AO 16° CONSELHO DE ENTIDADES DE BASE DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES- CONEB DA UNE.

MOÇÃO 01- CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E SUCATEAMENTO DO SUS E EM DEFESA DO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM.....2

MOÇÃO 02- APOIO À RESTAURAÇÃO DA BONIFICAÇÃO DE 20% PARA ESTUDANTES DO AMAZONAS NO SISU.....4

MOÇÃO 03- MOÇÃO DE APOIO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A TODOS NÓS!..... 5

MOÇÃO 04- APOIO À LUTA DA APEOESP E DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO..... 6

MOÇÃO 05- APOIO AO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA E REPÚDIO AO BLOQUEIO DE RECURSOS.....8

MOÇÃO 06- REIVINDICAÇÃO POR MELHOR PREPARO E INCENTIVO ÀS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PELA MELHORIA DA ESTRUTURAÇÃO DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE..... 9

MOÇÃO 07- REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLÍTICA, SEM ANISTIA PARA CRIMINOSOS GOLPISTAS! MARCELO ARRUDA PRESENTE!..... 10

MOÇÃO 08- PELA GARANTIA AUTOMÁTICA DE BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA TODOS OS ESTUDANTES COTISTAS..... 11

MOÇÃO 09- VIOLENTO ATAQUE A EDUCAÇÃO INDIGENA E QUILOMBOLA DO ESTADO DO PARÁ..... 14

MOÇÃO 10- MOVIMENTO ESTUDANTIL ORGANIZADO PELA APROVAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE..... 15

MOÇÃO 11- MULHERES ESTUDANTES RUMO AO 8 DE MARÇO!.....16

MOÇÃO 12- PRO BRASIL AVANÇAR, REDUZIR OS JUROS JÁ!..... 18

MOÇÃO 13- CRISE MIGRATÓRIA..... 19

MOÇÃO 14- ENTIDADES ESTUDANTIS DE BASE BRASILEIRAS EM APOIO À LUTA POR LIBERTAÇÃO DO POVO PALESTINO.....20

MOÇÃO 15- SOLIDARIEDADE À LUTA DAS MULHERES E PESSOAS LGBTQIAP+ NA ARGENTINA CONTRA OS ATAQUES DE MILEI E DA EXTREMA DIREITA..... 21

MOÇÃO 16- COP 30..... 22

MOÇÃO 17- FENED E CA'S DE DIREITO - ESTUDANTES DE DIREITO POR MEMÓRIA, JUSTIÇA E DEMOCRACIA.....22

MOÇÃO 18-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA..... 23

MOÇÃO 01- CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E SUCATEAMENTO DO SUS E EM DEFESA DO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

À União Nacional dos Estudantes (UNE)

O Diretório Acadêmico de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal de Uberlândia, vem por meio desta moção, manifestar sua preocupação e repúdio ao processo crescente de privatização dos hospitais universitários e suas consequências diretas na formação dos estudantes da área da saúde, no acesso à saúde pública e na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS e a Ameaça da Privatização

O SUS, criado pela Constituição Federal de 1988, representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira, garantindo acesso universal e gratuito à saúde. Construído com base nos princípios da integralidade, equidade e universalidade, o SUS é fruto da luta popular e da mobilização de diversas categorias, incluindo estudantes e profissionais da saúde.

Contudo, nos últimos anos, observamos um avanço alarmante da privatização dos serviços públicos de saúde, com a crescente terceirização da gestão hospitalar e o direcionamento de recursos públicos para empresas privadas. Esse movimento compromete a qualidade da assistência, reduz a transparência na administração dos serviços e limita a capacidade do Estado de cumprir seu papel constitucional de garantir saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Hospitais Universitários e a Privatização da Formação

Os hospitais universitários (HUs) são instituições fundamentais para a formação dos estudantes da área da saúde, servindo como espaços de ensino, pesquisa e atendimento à população. No entanto, a crescente privatização desses hospitais, por meio de parcerias público-privadas e da gestão por organizações sociais, sendo a maior do Brasil a rede

EBSERH, vem restringindo o acesso dos estudantes à prática profissional, impactando diretamente a qualidade da formação e o compromisso com o SUS.

No caso específico do nosso hospital universitário, a presença da rede privada tem imposto barreiras significativas para os estudantes, tais como:

- Falta de espaço físico adequado, incluindo salas de descanso, capacitações, estudos e apresentações, como as de estudos clínicos e construção multidisciplinar estudantil;

- Dificuldade de acesso aos campos de prática, limitando a aprendizagem e o contato direto com os pacientes;
- Restrições ao acesso a setores essenciais, comprometendo a experiência profissional e o desenvolvimento das habilidades clínicas;
- Ausência de alimentação adequada, dificultando a permanência dos estudantes em estágios prolongados, sendo nem ofertada no nosso HC para os estudantes da Enfermagem e não coincidindo com o horário de almoço com o do RU;
- Transição de cargos e favores: entre os professores e coordenação da Universidade e os administradores da EBSERH, que permeia política pessoal em detrimento dos objetivos finais de um hospital a serviço dos estudantes e população.

Tais problemas não apenas prejudicam a formação dos futuros profissionais da saúde, como também limitam a capacidade dos hospitais universitários de atuarem como instituições públicas de referência no atendimento à população e na produção de conhecimento.

Exigimos:

1. Revogação de processos de privatização e terceirização nos hospitais universitários, garantindo sua gestão pública e alinhada aos princípios do SUS;
2. Garantia de infraestrutura adequada para estudantes*, incluindo espaços de descanso, estudo e alimentação, fundamentais para a permanência e a qualidade da formação;
3. Ampliação e manutenção do acesso aos campos de prática*, garantindo que estudantes possam desenvolver habilidades e competências sem interferências da iniciativa privada;
4. Transparência na administração dos hospitais universitários*, com participação ativa da comunidade acadêmica na definição de políticas e diretrizes;

5. Fortalecimento do financiamento público para os hospitais universitários*, assegurando que continuem cumprindo seu papel de assistência, ensino e pesquisa.
6. Apoiar a luta pelo piso salarial da enfermagem, em trâmite no Congresso Nacional, como uma medida urgente de valorização profissional;
7. Fortalecer a campanha em defesa do piso, promovendo debates e ações de conscientização;
8. Reafirmar o compromisso da UNE com a saúde pública e os direitos trabalhistas, defendendo a aprovação imediata do projeto sem retrocessos.

Diante desse cenário, exigimos que a UNE reforce a luta contra a privatização da saúde e dos hospitais universitários, mobilizando a comunidade estudantil para a defesa de uma formação pública, gratuita e de qualidade, alinhada aos princípios do SUS e ao compromisso com a saúde da população brasileira.

Pelo fortalecimento do SUS! Pela valorização dos hospitais universitários como espaços públicos de ensino e assistência! Pelo piso salarial da enfermagem !

Assinam esta moção:
CENTRO ACADÊMICO DE ENFERMAGEM DA UNIFOR
DIRETÓRIO ACADÊMICO ANNA NERY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DACEVI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

MOÇÃO 02- APOIO À RESTAURAÇÃO DA BONIFICAÇÃO DE 20% PARA ESTUDANTES DO AMAZONAS NO SISU

O Amazonas enfrenta desigualdades regionais históricas em relação ao restante do país, refletidas em indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que se encontram abaixo da média nacional.
A desigualdade social e econômica na região amazônica é um fator que dificulta o acesso à educação de qualidade para grande parte da população, especialmente aquela que reside em áreas rurais e mais afastadas dos centros urbanos.

Estudantes do Amazonas enfrentam dificuldades adicionais para competir em igualdade de condições com estudantes de outras regiões do país no Sistema de Seleção Unificada (SISU), devido às disparidades socioeconômicas e educacionais.

A bonificação de 20% na nota do SISU para estudantes que cursaram o ensino médio no Amazonas, anteriormente em vigor, representava uma ação afirmativa importante para mitigar essas desigualdades e promover a inclusão de estudantes locais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A revogação dessa bonificação, conforme decisões judiciais recentes, causa prejuízo aos estudantes do Amazonas, que veem suas chances de ingressar na universidade diminuírem drasticamente.

Diante do exposto:

Manifestamos apoio à luta pela restauração da bonificação de 20% para estudantes do Amazonas no SISU, como forma de garantir o acesso à educação superior e reduzir as desigualdades regionais.

Solicitamos que a UFAM e outras instituições relevantes (como o Ministério da Educação e o Governo do Amazonas) tomem medidas para reverter a decisão judicial que suspendeu a bonificação e restabelecer esse mecanismo de ação afirmativa.

Mobilizar a comunidade acadêmica, entidades estudantis e a sociedade em geral para apoiar essa causa e pressionar as autoridades competentes a agirem em defesa dos estudantes do Amazonas.

Defender a importância de políticas de ação afirmativa que considerem as especificidades regionais e promovam a igualdade de oportunidades no acesso à educação superior

MOÇÃO 03- MOÇÃO DE APOIO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E A TODOS NÓS!

Apresentação:

Sob apoio do

1. União Estadual dos Estudantes do Amazonas (UEE/AM);
2. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Amazonas (DCE/UFAM);
3. Diretório dos Acadêmicos de Letras da Universidade Federal do Amazonas (DALE/UFAM)

O Centro Acadêmico Letras Libras da Universidade Federal do Amazonas (CALLI/UFAM) considerando o seguintes temas sejam pautas de lutas:

1. ATENÇÃO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO, DA BASE, ENSINO SUPERIOR ATÉ A PÓS GRADUAÇÃO.

A pessoa com Deficiência não precisa somente de cotas, mas de respeito e acessibilidade, acessibilidade física, acessibilidade linguística.
Hoje o deficiente entra na universidade e não tem o mínimo de atenção real necessária, não existem monitores, intérpretes, nem mesmo as adaptações estruturais são realmente acessíveis com “rampas suicidas” que uma pessoa que usa cadeira de rodas não consegue passar. Não existe piso tátil ou mesmo indicações em braille. E surdos não possuem atendimento em línguas assim não tendo acesso a tudo que uma universidade pode oferecer, onde nem mesmo os professores não possuem empatia.

2. ESTUDO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS, INCLUSIVE AS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS

Disciplinas e apoio a estudos das línguas Indígenas que vem sendo exterminadas em nosso país, precisamos clamar os estudamos aquela que foram as nossas histórias inclusive as Línguas Indígenas de Sinais. Onde nem mesmo nas universidades do Norte não possuem nenhum incentivo a não ser os feitos pelo movimento década.

3. PELA OFICIALIZAÇÃO DO NOVO NOME PARA A LÍNGUA DE NOSSO PAÍS PARA A LÍNGUA BRASILEIRA.

E finalmente começa acabar com os rastros da colonização e assim a oficialização da Língua Brasileira e assim exterminar a Língua Portuguesa, imposta pelos colonizadores sobre nosso povo, nossa língua já não é mais a mesma dita em Portugal ou mesmo noutros países da mesma língua, já temos nossos próprios dialetos onde já falamos muito mais, a ponto de que a aquele que nos colonizou um dia não nos compreendem mais!!!

MOÇÃO 04- APOIO À LUTA DA APEOESP E DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

A 14a Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE), espaço de celebração da cultura, do conhecimento e das lutas da juventude brasileira, manifesta, por meio desta moção, seu apoio irrestrito à luta dos professores da rede pública do Estado de São Paulo e à atuação

da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), nas figuras do seu 1° Presidente Fábio de Moraes e sua 2° Presidente e Deputada Estadual Professora Bebel, contra o sucateamento da educação pública e as graves irregularidades no processo de atribuição de aulas de 2025. Este ano, a atribuição de aulas foi marcada por erros sistêmicos, falta de transparência e mudanças de última hora, prejudicando milhares de professores,especialmente os temporários, que foram submetidos a um cenário de incerteza e desrespeito. A reestruturação imposta pela Secretaria da Educação excluiu educadores da escolha de aulas para as quais estavam habilitados, reduziu drasticamente a carga horária de muitos profissionais e comprometeu a organização do ano letivo, afetando diretamente a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

Essa situação é consequência direta da política de desmonte da educação pública imposta pelo Governo do Estado de São Paulo. Em 2023, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) aprovou, sob o comando do Governador, um corte de R$10 bilhões no orçamento da educação, comprometendo investimentos essenciais em infraestrutura, contratação de professores e programas educacionais.

O sucateamento das escolas, a sobrecarga dos docentes e a precarização das condições de trabalho serão agravados por esse corte brutal, que penaliza tanto os educadores quanto os estudantes da rede pública. Além disso, o Governo do Estado está privatizando as escolas públicas, negociadas na bolsa de valores e pretende implantar escolas cívico-militares, projeto que está sub judice no Supremo Tribunal Federal.

Diante desse cenário alarmante, a APEOESP e os professores da rede estadual estão preparando a greve da categoria, medida que conta com o total apoio da UNE e de toda a juventude estudantil. A paralisação é uma resposta legítima à destruição da educação pública promovida pelo governo estadual, exigindo a revogação dos cortes, a regularização da atribuição de aulas, a valorização da carreira docente e a recomposição salarial justa para os professores.

A 14a Bienal da UNE reafirma sua solidariedade aos professores e à APEOESP, reconhecendo o papel fundamental que desempenham na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Além disso, apoiamos a atuação da professora Bebel na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), que tem sido voz ativa na resistência contra as políticas de desmonte da educação. Conclamamos toda a juventude estudantil, movimentos sociais e a população em geral a se somarem a essa luta, pois sem professores valorizados e condições dignas de ensino, não há futuro para a educação em

São Paulo. A UNE seguirá firme ao lado dos professores, porque defender a educação pública é defender o Brasil!

TODO APOIO À GREVE DOS PROFESSORES!
REVOGAÇÃO IMEDIATA DOS CORTES NA EDUCAÇÃO!
ATRIBUIÇÃO DE AULAS TRANSPARENTE E JUSTA JÁ!
NÃO À PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS!
NÃO ÀS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES!

MOÇÃO 05- APOIO AO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA E REPÚDIO AO BLOQUEIO DE RECURSOS

O programa Pé-de-Meia representa um dos maiores avanços na política educacional brasileira, garantindo suporte financeiro aos estudantes do ensino médio público em situação de vulnerabilidade. Trata-se de um investimento direto na permanência estudantil, incentivando a continuidade dos estudos e reduzindo a evasão escolar. É imperativo reconhecer a importância do Pé-de-Meia na construção de um país mais justo e igualitário.

Apesar disso, no dia 22 de janeiro de 2025, houve o bloqueio de recursos destinados ao Pé-de-Meia, ação que impacta milhares de jovens em todo o Brasil e novamente amplia o abismo das desigualdades sociais no país.

É inaceitável que essa decisão se mantenha em uma nação onde a educação é fundamental para a dignidade econômica e o progresso social. Essa medida não apenas interrompe um projeto de extrema importância social, como também compromete o futuro de milhões de estudantes que atualmente dependem desse auxílio para seguir estudando.

Diante disso, expressamos total repúdio a qualquer ação que inviabilize o acesso à educação e solicitamos a revisão urgente dessa decisão. O compromisso com a formação dos jovens brasileiros deve ser prioridade absoluta e qualquer obstáculo que comprometa o direito de tê-la deve ser combatido com firmeza, sempre.

MOÇÃO 06- REIVINDICAÇÃO POR MELHOR PREPARO E INCENTIVO ÀS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E PELA MELHORIA DA ESTRUTURAÇÃO DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Nós, do campo progressista, manifestamos nossa preocupação com a crescente desestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), que, sofre com o desinteresse na formação de profissionais comprometidos com a saúde pública, para o povo e vindos do povo.

A precarização da atenção primária à saúde reflete diretamente na qualidade do atendimento à população, limitando o acesso a cuidados essenciais e sobrecarregando os serviços de média e alta complexidade, sem valorização do atendimento básico ao paciente.

Além disso, a ausência de uma formação crítica no ensino das profissões da saúde, com a exclusão de disciplinas fundamentais como Saúde Coletiva, impede que futuros profissionais compreendam a importância do SUS e da atuação multiprofissional na atenção primária de forma não tecnocrata e integral.

Ainda, a desinformação sobre a atuação na saúde pública restringe a visão dos profissionais em formação, distanciando-os de um modelo de cuidado integral e territorialização dos espaços de atendimento, necessitando de imediato fomento a novas praticas de atuação como o programa Nacional de Vivências no SUS, aprovado no dia 18 de dezembro de 2024, cuja ampliação.

O enfraquecimento das equipes multiprofissionais na atenção primária reduz o impacto positivo que diferentes categorias profissionais poderiam oferecer na promoção, prevenção e assistência em saúde, retirando destes profissionais seus legítimos espaços de atuação. Logo, a falta de incentivo à formação continuada dos profissionais da saúde resulta em defasagem de conhecimento e limitações no atendimento, prejudicando a qualidade dos serviços prestados à população.

Também, reivindicamos o melhor preparo e incentivo às equipes multiprofissionais na atenção primária, desde a formação discente até a pós graduação. Dessa forma, buscar garantir uma abordagem integral e interdisciplinar

na saúde, refletindo em todo paciente, abordagens completas e efetivas do tratamento de cada caso, por toda a equipe multidisciplinar e seus conhecimentos atualizados, seja ele uma formação permanente inerente do atendimento em saúde e suas interdisciplinaridades;
O incentivo à permanência, visa a qualificação e estudo continuado dos profissionais da saúde, garantindo condições dignas de trabalho, acesso à educação permanente e reconhecimento da importância da atenção primária.

A defesa do SUS passa pela valorização de seus trabalhadores e pelo compromisso com uma formação crítica e humanizada. Saúde pública de qualidade não se faz com desmonte, mas com investimento, respeito e participação ativa da sociedade.

Recife, 01 de fevereiro de 2025

MOÇÃO 07- REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLÍTICA, SEM ANISTIA PARA CRIMINOSOS GOLPISTAS! MARCELO ARRUDA PRESENTE!

O assassinato de Marcelo Arruda, guarda municipal, sindicalista e tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu, por um agente penitenciário radicalizado, evidencia o caráter violento do bolsonarismo, que tem como projeto político o extermínio e a promoção do ódio aos que divergem dos seus pensamentos, neoliberais e fascistas que ameaçam a democracia, a liberdade de expressão, soberania de um povo e fomentam a cada dia a polarização de um povo.

Nunca esqueceremos de casos como esse para que nunca mais tornem a se repetir. Um povo que não conhece a sua história está fadado a repeti-la. Em 11 fevereiro na cidade de Curitiba, acontece um novo julgamento desse crime bárbaro e precisamos cobrar e estar lá como campo democrático para que a justiça seja cumprida que os atos sejam devidamente condenados e que possamos defender acima de tudo a nossa democracia que é atacada quando um dos nossos se vão por expor seus pensamentos.

Casos de violência política, como o assassinato de Marcelo Arruda, não podem ser tratados

como episódios isolados. Eles fazem parte de um mesmo padrão, visível também nos ataques à Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. O modus operandi é o mesmo: a tentativa de eliminar aqueles que pensam diferente dos bolsonaristas.

Nós, do campo progressista e do movimento estudantil, não podemos nos calar. Precisamos enfrentar essa luta de frente, rejeitar qualquer tentativa de anistia e ser a linha de frente na defesa do nosso futuro e da democracia. É hora de nos rebelarmos contra um sistema que normaliza a violência política e protege aqueles que atacam nossas instituições.

Não podemos tolerar o ataque à vida e à democracia, sem anistia para criminosos que exterminam vidas para manter de pé esse sistema que instaura a barbárie, o fascismo e neoliberalismo no nosso país. Marcelo Arruda, PRESENTE! HOJE E SEMPRE!

MOÇÃO 08- PELA GARANTIA AUTOMÁTICA DE BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA TODOS OS ESTUDANTES COTISTAS

A política de cotas nas universidades federais do Brasil foi instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas. A lei entrou em vigor no mesmo ano e estipulou a reserva de vagas em Universidades Federais e Instituições de Ensino Técnico para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios baseados em renda, cor/raça e deficiência.

No ano da implementação das cotas no Brasil, apenas 27% das matrículas em Instituições Públicas Federais correspondiam a estudantes negros, e as Universidades Públicas eram espaços majoritariamente ocupados por jovens brancos de classes médias e altas, refletindo as desigualdades históricas e estruturais de um país construído sob o racismo e a exclusão social. A implementação das cotas possibilitou que o índice de estudantes negros obtivesse um aumento considerável, atingindo 51% em 2020, demonstrando o papel transformador das cotas na mudança do perfil socioeconômico dos estudantes nas Universidades Públicas brasileiras.

Esses dados demonstram como a política de cotas ampliou significativamente o acesso de jovens negros, pardos e indígenas ao Ensino

Superior Público, que anteriormente era dominado por membros da elite brasileira. Além disso, essa política também possibilitou que estudantes de escolas públicas e pessoas com deficiência tivessem mais oportunidades de acessar a educação superior. No entanto, o ingresso na Universidade não é suficiente. É fundamental que existam políticas robustas de assistência e permanência, garantindo que esses estudantes consigam concluir seus cursos e construir suas trajetórias acadêmicas e profissionais sem que sejam obrigados a abandonar seus estudos por falta de condições financeiras.

A evasão no Ensino Superior brasileiro é um desafio presente na vida de milhões de estudantes. De acordo com o Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2024, a taxa de evasão geral atinge 57,2%, considerando Instituições Públicas e Privadas, nas modalidades presencial e a distância. Esse índice alarmante reflete, em grande parte, as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes, que precisam lidar com custos elevados de moradia, alimentação, transporte e materiais acadêmicos, mesmo em universidades onde não há cobrança de mensalidade. O abandono dos cursos é uma realidade que atinge principalmente os estudantes mais pobres, que enfrentam barreiras diárias para permanecer na universidade.

Além das dificuldades econômicas, o ambiente universitário ainda carrega uma série de desafios para os estudantes cotistas. Muitos deles são os primeiros de suas famílias a ingressarem no Ensino Superior, lidando com pressões emocionais e estruturais que tornam a jornada acadêmica ainda mais difícil. A falta de políticas de acolhimento, apoio psicossocial e adaptação curricular também impacta diretamente a permanência desses estudantes. Isso reforça a necessidade de que o ingresso na universidade seja acompanhado de um suporte real e imediato, sem burocracias que apenas aprofundam a desigualdade e afastam estudantes da formação acadêmica.

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer as políticas públicas de assistência estudantil, ampliando o orçamento destinado a bolsas, expandindo a oferta de restaurantes universitários acessíveis, garantindo moradia estudantil digna e promovendo medidas que assegurem que alunos de baixa renda possam concluir sua formação sem que fatores econômicos interfiram em sua trajetória acadêmica. A assistência estudantil não pode ser vista como um favor, mas sim como um direito

fundamental que assegura a democratização do Ensino Superior e a transformação social através da educação.

No último ano, o Movimento Estudantil conquistou uma grande vitória com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como Lei. Essa conquista foi fundamental para consolidar uma política de assistência estudantil que busque atender os estudantes de baixa renda. No entanto, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido. A implementação do PNAES como lei precisa vir acompanhada de um aumento significativo dos investimentos nessa área, garantindo que todos os estudantes que necessitem desse apoio sejam contemplados.

É preciso ir além e lutar por uma política nacional que assegure aos estudantes cotistas o direito a uma bolsa de assistência estudantil automática ao ingressarem na universidade. O atual processo de solicitação de bolsas é extremamente burocrático e demorado, prejudicando aqueles que mais precisam. Para ter direito a auxílios como moradia, alimentação, transporte e bolsas permanência, os estudantes precisam passar por uma análise socioeconômica detalhada e apresentar uma série de documentos, como comprovantes de renda de todos os membros da família, declaração de imposto de renda (ou de isenção), comprovante de residência, histórico escolar e, em alguns casos, até mesmo visitas domiciliares feitas por assistentes sociais. Além disso, há prazos rígidos e exigências que, se não forem cumpridas corretamente, podem resultar na desclassificação do candidato.

Outro fator que torna esse processo ainda mais excludente é a demora na análise dos pedidos e na liberação dos auxílios. Muitas universidades enfrentam limitações orçamentárias que reduzem a quantidade de bolsas disponíveis, fazendo com que nem todos os estudantes em situação de vulnerabilidade consigam ser contemplados. Isso faz com que muitos alunos passem meses ou até semestres inteiros sem suporte financeiro, comprometendo sua permanência na universidade. É inadmissível que estudantes tenham que escolher entre se alimentar ou continuar seus estudos.

Defendemos a criação de uma bolsa automática para estudantes cotistas ao ingressarem na Universidade e a eliminação dessa barreira burocrática inicial,

garantindo um suporte financeiro imediato para que possam se dedicar aos estudos sem a angústia de não conseguir arcar com os custos básicos da vida universitária. Essa medida é essencial para assegurar que os estudantes de baixa renda tenham condições dignas de estudar e se formar, sem precisar recorrer ao endividamento ou ao abandono da sua formação.

Essa luta precisa ser protagonizada pelos estudantes, mobilizando universidades de todo o Brasil para pressionar o governo federal e os parlamentares para garantir a implementação dessa política. O investimento em permanência estudantil não é um gasto, mas sim um investimento no futuro do país. Não podemos permitir que a universidade continue sendo um espaço de exclusão. Se a educação é um direito, então a permanência também precisa ser! A luta por assistência estudantil é a luta por um país mais justo, onde o acesso ao conhecimento não seja um privilégio, mas sim uma realidade para todos e todas.

Assinam essa proposta de moção:

Diretório Central das e dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora - Gestão: O DCE Não Pode Parar!

MOÇÃO 09- VIOLENTO ATAQUE A EDUCAÇÃO INDIGENA E QUILOMBOLA DO ESTADO DO PARÁ

A União Nacional dos Estudantes repudia o violento ataque à educação indígena e quilombola do Estado do Pará, na forma da Lei 10.820/2024, proposta pelo Governo do Estado do Pará e aprovada na Assembleia Legislativa que, entre diversos retrocessos e retirada de direitos dos trabalhadores da educação, pretende substituir educadores por televisões em territórios indígenas e quilombolas.

Desde o dia 14 de janeiro, povos indígenas de diversas etnias ocuparam a sede da Secretaria de Educação do Pará, em Belém, e a BR-163, na altura do município de Belterra, exigindo a revogação dessa lei que atenta contra o direito desses territórios à consulta

prévia, livre e informada, frente a qualquer intervenção que impacte a autonomia, a vida, e a cultura de suas comunidades.

Ocupamos esses espaços em defesa do Sistema Modular de Ensino Indígena (SOMEI) que compõe compõe o Sistema Modular de Ensino (SOME), lutando contra seu extinção, orquestrada pela retirada da gratificação de educadores que atuam nesses espaços e sua progressiva substituição por vídeo-aulas. A agenda de lutas dos estudantes indígenas e quilombolas do Pará se colocou em vigilância, luta e resistência pela revogação do PL 10.820/2024 e Repudiamos o descaso do governo do estado que não demonstra interesse em ouvir e atender as demandas daqueles que constituem nossa região, e em respostas aos atos, tenta reprimir e intimidar lideranças indígenas, educadores e todos aqueles que hoje resistem na SEDUC/PA e na BR 163.

Nós, juventude brasileira organizada neste CONEB, seguiremos em unidade e solidariedade contra qualquer retrocesso ou ataque aos nossos povos tradicionais e pelo fortalecimento da educação pública no Pará. Seguiremos em luta e em solidariedade até que o governo de Helder Barbalho recue nessa proposta! Revogação da lei 10.820/2024 já! SOME e SOMEI ficam!

MOÇÃO 10- MOVIMENTO ESTUDANTIL ORGANIZADO PELA APROVAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE

A juventude brasileira foi protagonista na resistência ao desmonte das políticas públicas e dos direitos do povo promovido pelo golpe de 2016 e pelo desgoverno Bolsonaro que afetou profundamente as juventudes do país, retirando oportunidades e tornando ainda mais precárias nossas condições de vida. A retomada democrática nos impõe o desafio de reconstruir e avançar e, nesse sentido, o Plano Nacional de Juventude precisa ser um instrumento fundamental para essa agenda, articulando políticas transversais que garantam dignidade, autonomia e oportunidades para a juventude brasileira.

Reafirmamos a necessidade de um Plano Nacional de Juventude que enfrente as desigualdades estruturais, especialmente o genocídio da juventude negra e a precarização do trabalho, sendo essencial a consolidação do Plano Juventude Negra Viva. Além disso, o fortalecimento das políticas para mulheres e população LGBTI+ deve estar no centro da agenda juvenil, garantindo o direito ao aborto legal e seguro, combatendo a violência de

gênero e promovendo a inclusão e a diversidade.

O Plano Nacional de Juventude deve ter como base a construção de um Estado que garanta direitos e combata a exploração da juventude pelo capital, sendo essencial reverter a privatização da educação, regulamentar o trabalho por aplicativo e garantir que a juventude tenha acesso à seguridade social e ao direito à cidade. Para isso, é fundamental e urgente o fortalecimento da campanha pela aprovação do Plano Nacional de Juventude, construída pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), para construção de uma agenda política propositiva que coloque a juventude no centro da formulação das políticas públicas no Brasil ..

Convocamos, assim, o conjunto do movimento estudantil, os coletivos e movimentos organizados da juventude a se somarem nessa construção. A juventude tem sido protagonista das transformações sociais do Brasil e não pode ficar à margem das decisões que impactam seu futuro. É preciso mobilizar, organizar e fortalecer a luta por um Plano Nacional de Juventude que atenda às necessidades da juventude e da vida do povo brasileiro.

MOÇÃO 11- MULHERES ESTUDANTES RUMO AO 8 DE MARÇO!

O feminismo é uma das nossas mais potentes ferramentas de transformação da realidade. Ele, construído de forma articulada com a luta antirracista, deve se organizar a partir de uma crítica absoluta ao capitalismo neoliberal, modelo que transforma todos os aspectos da vida em mercadoria, desmantelando o bem comum, esvaziando o espaço público-democrático, impondo a lógica empresarial às escolas e universidades e que se sustenta, de forma cada vez mais agressiva, a partir da opressão e dominação das mulheres e do conjunto da classe trabalhadora.

A auto-organização das mulheres sempre foi central para a organização geral dos movimentos sociais e desempenha, de maneira incisiva, um papel de protagonismo nas conquistas marcadas na história e aquelas que a história escolhe não contar. Dentro disso, nós, mulheres estudantes, temos uma tarefa central de organização e atuação dentro das universidades, mas também para além delas. Em tempos de coaptação de nossas pautas pelo neoliberalismo, é central disputarmos à concepção de feminismo que pautamos, apresentando um feminismo popular e antissistêmico que, em aliança com os movimentos populares, seja capaz de apresentar uma agenda política de transformação da vida das mulheres estudantes, do povo brasileiro e que enfrente nosso principal inimigo hoje: a

extrema-direita.

Esse cenário nos impõe uma série de desafios, e aponta enquanto centralidade a articulação da unidade a partir de uma agenda política propositiva que possa disputar a conjuntura e propor alternativas aos velhos problemas sofridos pela população brasileira no seu cotidiano. Nesse sentido, o 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, cumpre um papel fundamental, ao abrir o calendário de lutas do ano e pautar uma agenda comum das mulheres frente a conjuntura.

O avanço da extrema-direita no mundo se materializa no nosso cotidiano com uma agenda não apenas conservadora, mas também neoliberal. A reorganização do trabalho a nível internacional e a imposição de uma agenda de desinvestimento tem feito com que cada vez se trabalhe mais, tanto no mercado como no interior das casas aprofundando o conflito entre o capital e a vida.

É nesse sentido que surge, com muita centralidade, a luta pelo fim da escala 6x1 e a construção de jornadas de trabalhos humanizadas, relacionando-se de forma direta com o trabalho do cuidado, que é majoritariamente exercido por mulheres e acrescido à essas jornadas de trabalho visíveis.

Além disso, a defesa da nossa democracia e a luta em torno da prisão para Bolsonaro e os golpistas, representantes desta extrema-direita no nosso país, se apresenta com centralidade. Somos a juventude que garantiu a retomada da democracia no nosso país e temos a tarefa de defendê-la a nível local e global.

É essencial, ainda, que o nossa auto-organização esteja focada na defesa da vida das mulheres, dos direitos já consquitados e o que ainda queremos conquistar, especialmente, neste momento, na luta pela legalização do aborto para todas as mulheres e pessoas que gestam. É na chave da defesa da vida que também apontamos a necessidade de defesa da
natureza, na construção de um modelo econômico capaz de propor soluções reais para o problema ambiental e climático.

Dessa forma, é imprescindível que o conjunto do movimento estudantil, das entidades e dos movimentos sociais, encampem enquanto centralidade a construção do 8 de março. Em um cenário de mundo e Brasil em disputa, essas mobilizações representarão a oportunidade da construção de mobilizações mundiais pela defesa das nossas vidas, territórios e bens comuns.

Por isso, convocamos todas as estudantes do país a se somarem e construírem o 8 de março em todo o território nacional. Temos, juntas e juntos, o papel transformador e revolucionário de construirmos um horizonte pelo qual se faça sentido lutar. Vamos às ruas por soberania e autonomia dos nossos corpos, trabalhos, povos e territórios!

MOÇÃO 12- PRO BRASIL AVANÇAR, REDUZIR OS JUROS JÁ!

Dois anos se passaram desde a posse do atual presidente Lula, um período marcado por desafios e mobilizações de diversos setores da sociedade pelas liberdades democráticas e direitos básicos. Para derrotar a sanha antidemocrática e privatista de Bolsonaro, A União Nacional dos Estudantes teve papel fundamental, organizando os Tsunamis da Educação, contribuindo para reunir as forças da educação e democráticas do nosso país.

A ameaça era real, os bolsonaristas planejaram o golpe, e mesmo com a derrota nas urnas, insistiram na trama golpista. Eles tentaram invadir as sedes dos 3 poderes em janeiro de 2023, inflaram seus apoiadores, tentaram disputar o exército e até assassinar o Presidente Lula, seu vice Alckmin e Alexandre de Moraes, ministro do STF e na época, Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral.

Entretanto, uma tarefa ainda maior e mais complexa se coloca em nossa história: enterrar o fascismo, isolar o bolsonarismo e seu projeto político-econômico por completo. Para isso, o desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida da população se faz urgente como uma uma forma de garantir melhores condições de luta e resistência para o povo brasileiro.

Nesse momento, uma das principais sangrias das contas públicas - que impede o investimento nos setores chaves - se dá através da taxa de juros. Campos Neto, ex-presidente do COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central) foi uma herança maldita do governo Bolsonaro, que nos relegou uma taxa básica de juros de 12,25%, que

representava a segunda maior taxa do mundo. Somente no acumulado de 12 meses até novembro de 2024, foram 918 bilhões de reais torrados em juros. Um recorde de espoliação da nação. Por outro lado, o orçamento do Ministério da Educação executado em 2024 foi de 136 bilhões de reais e do Ministério da Saúde, 193 bilhões de reais.

Neste sentido, a juventude brasileira se preocupa com o aumento de um 1% na taxa básica de juros aprovada na última reunião sob a gestão do novo presidente do COPOM, Gabriel Galípolo. Não podemos permitir de bom grado ainda mais espaço ao rentismo em nosso país o mecanismo que garante lucros exorbitantes, esfolando em dívidas o povo trabalhador brasileiro.

Por isso, é urgente que a UNE lidere as mobilizações pela queda da taxa de juros e pela recuperação do controle público do Banco Central, articulando os espaços em que a juventude está organizada: Universidades, Centros Acadêmicos e Diretórios. Organizando debates, manifestações e ações por todo país, chamando a sociedade para a luta. Coesionando o movimento estudantil para um combate feroz pela redução da taxa de juros, pela recuperação do controle público do Banco Central e por uma nova política econômica de desenvolvimento! Por isso, convocamos os estudantes a se manifestarem nas ruas a cada reunião do COPOM!

MOÇÃO 13- CRISE MIGRATÓRIA

Nos últimos dias, vimos as imagens absurdas de imigrantes sendo deportados dos Estados Unidos pela gestão de Donald Trump. A extrema-direita vem transformando imigrantes em “inimigos nacionais”, culpando-os por problemas que são, na verdade, resultado da crise do capital: falta de empregos, empregos precarizados, cortes de benefícios sociais - no geral, a perda da qualidade de vida.

Milhares de pessoas têm migrado não apenas devido às guerras e as dificuldades de sobrevivência, mas também por conta da crise ambiental. Hoje, existem diversos “refugiados climáticos”: pessoas que são obrigadas a sair de suas casas para fugir dos desastres ambientais. Tanto as guerras quanto as mudanças climáticas são financiadas e promovidas especialmente pelos países do Norte Global - justamente aqueles que vem

impondo maiores restrições à imigração.

Diante disso, é urgente que nos coloquemos em defesa da livre migração e contra os diversos ataques aos direitos dos imigrantes.

MOÇÃO 14- ENTIDADES ESTUDANTIS DE BASE BRASILEIRAS EM APOIO À LUTA POR LIBERTAÇÃO DO POVO PALESTINO

Desde outubro de 2023, o mundo se chocou com o genocídio palestino. Palestinos foram despejados com o avanço do colonialismo sionista, um exemplo cruel de opressão colonial e imperialista.

Entidades estudantis brasileiras se solidarizaram com a luta palestina por libertação, conectando-a à nossa luta contra a exploração da classe trabalhadora e a mercantilização da educação. Após meses de bombardeios, assassinatos e destruição, um cessar-fogo foi acordado, mas rapidamente violado pelo Exército de Ocupação Israelense, que continuou com seus ataques. A luta pela Palestina continua, assim como nossa luta internacional contra toda forma de opressão colonial e imperialista.

A resistência palestina, com mais de 76 anos, se conecta às nossas batalhas contra a repressão estatal, a exploração capitalista e as políticas neoliberais que sacrificam a nossa classe. A solidariedade internacional não é apenas uma denúncia, mas uma ferramenta de organização e luta. O compromisso com a Palestina é parte de nossa luta.

Como estudantes, devemos combater convênios acadêmicos e parcerias com instituições vinculadas ao apartheid israelense. No 16º CONEB da UNE, reafirmamos nosso compromisso com campanhas de boicote acadêmico e ações de solidariedade internacional.

É urgente intensificar a mobilização contra o colonialismo, apartheid e genocídio, exigindo justiça e liberdade para o povo palestino. Que este espaço seja uma

trincheira de luta, ecoando a resistência palestina e de todos os povos oprimidos!

MOÇÃO 15- SOLIDARIEDADE À LUTA DAS MULHERES E PESSOAS LGBTQIAP+ NA ARGENTINA CONTRA OS ATAQUES DE MILEI E DA EXTREMA DIREITA.

O movimento estudantil brasileiro, em sua trajetória histórica de luta pelos direitos dos trabalhadores, mulheres, populações negras, indígenas e LGBTs, não pode se omitir diante dos ataques que a extrema direita, representada por Milei, tem promovido contra os setores oprimidos na Argentina.

Nos últimos tempos, temos visto a ascensão de um projeto político autoritário e violento, que ataca as mulheres, pessoas trans, imigrantes e todos que lutam por direitos e dignidade. Esses ataques não são apenas uma ameaça à vida e liberdade, mas uma tentativa de silenciar as vozes daqueles que se opõem à opressão.

Em meio a esse cenário, as mulheres e as pessoas LGBTQIAP+ na Argentina tem sido uma das principais forças na luta contra a extrema direita. Com coragem e determinação, têm se mobilizado contra as políticas de morte e opressão de Milei.

O movimento estudantil brasileiro, solidário com essa luta, se posiciona ao lado dos setores oprimidos, repudiando os ataques de ódio e violência. Expressamos nosso apoio às mobilizações de rua contra a política de morte da extrema direita.

Que a luta das mulheres e das pessoas LGBTQIAP+ na Argentina sirva de inspiração para nós. Precisamos também estar nas ruas, enfrentando a extrema direita e os ataques LGBTFóbicos, defendendo os direitos das mulheres e LGBTQIAP+.

Pela unidade internacional na luta contra a extrema direita e a opressão!

MOÇÃO 16- COP 30

Vivemos uma crise climática sem precedentes. Ela se expressa nas queimadas que vêm devastando florestas e casas em diversos locais; nas enchentes e no aumento do nível do mar, que têm devastado bairros inteiros; no ar tóxico que vem sendo respirado diariamente, entre tantos outros tristes exemplos.

São os trabalhadores, os povos racializados e originários que mais têm sentido os efeitos dessa crise. Enquanto isso, grandes capitalistas têm buscado manter a exploração dos recursos naturais, apresentando iniciativas incapazes de frear as mudanças climáticas, como os créditos de carbono.

Esse ano, ocorrerá a COP30 em Belém/PA. Nesse espaço contraditório, haverá presença de diversos setores do empresariado internacional e dos bilionários. Esses grupos se reunirão para debater falsas saídas para uma crise que eles mesmos são responsáveis. É essencial que o movimento estudantil se mobilize e esteja presente nessa Conferência para disputar nossa perspectiva e apresentar que não há saída para a crise climática nos moldes do capital. Não seremos a geração do fim do mundo!

MOÇÃO 17- FENED E CA'S DE DIREITO - ESTUDANTES DE DIREITO POR MEMÓRIA, JUSTIÇA E DEMOCRACIA

A criminalização da UNE durante a Ditadura Militar e a perseguição política da Lava Jato contra Lula são exemplos de como o autoritarismo se reinventa para atacar lideranças populares e restringir direitos. O genocídio da população negra e periférica pela polícia militar e o encarceramento em massa também são símbolos de como a institucionalidade vem sendo usada contra populações marginalizadas.

Isso nos mostra que, na verdade, o processo de redemocratização pós ditadura militar ainda está incompleto.

Por isso, reafirmamos a centralidade da memória, verdade e justiça como garantias para que essas violações de direitos deixem de ocorrer. Lutamos para um outro projeto de segurança publica e judiciário, que respeitem os direitos humanos. É necessário preparar operadores do direito cientes dos processos discriminatórios em curso no país, e dispostos a enfrentá-los.

Entretanto, a legalidade e institucionalidade são insuficientes para construir uma democracia real no Brasil. Por isso, é necessário construir um calendário de lutas contra a anistia para os golpistas, em defesa da juventude negra e periférica, contra as reformas neoliberais que têm retirado direitos da população (como a reforma trabalhista, reforma da previdência e o teto de gastos)

Os estudantes de Direito têm um papel fundamental nessa luta, e a UNE deve ser linha de frente na defesa de um Brasil que possa reparar as violências históricas cometidas contra o povo brasileiro , combata as injustiças do presente e do passado, e construa um futuro verdadeiramente democrático.

MOÇÃO 18-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA

O objetivo deste documento é expor a tese que a Federação Nacional dos Estudantes de Economia (FENECO), junto dos Centros e Diretórios Acadêmicos do curso de Economia, elaborou para representar os estudantes de economia no espaço do CONEB, assim como espaços futuros.

O documento se divide em pautas de 1. Conjuntura Política e Econômica; 2. Conjuntura dos Cursos de Economia; 3. Conclusão.

Dessa forma, busca-se associar o conhecimento econômico e ao acúmulo político na base dos cursos de economia para indicar caminhos e soluções para as pautas emergentes do movimento estudantil.

1. CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

DISPUTAR AS RUAS PARA DERROTAR A EXTREMA DIREITA E RECONSTRUIR O BRASIL

Vivemos no mundo a ascensão da extrema direita e crise das democracias liberais. A eleição de lideranças como Milei na Argentina, a reeleição de Trump e a experiência brasileira com Jair Bolsonaro são expressões de como o mundo se radicalizou e encontrou refúgio na extrema direita que abraçou essa radicalização. O efeito disso é uma correlação de forças mais adversa para o campo das esquerdas e governos progressistas. As práticas de fake news são fomentadas pelas big techs, agora em aliança com o Governo Trump, e utilizadas para minar a democracia. Em um contexto de acirramento da polarização EUA e China, a tendência é mais radicalidade do imperialismo norte-americano.

No Brasil, desde 2016, quando o então vice-presidente Temer assumiu a presidência do país após um golpe de estado contra a presidenta Dilma, instalou-se no Brasil uma agenda neoliberal que teve sequência durante o mandato de Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes e

rapidamente agiu para precarizar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no país, barrando a agenda distributiva que os governos do PT colocavam em prática desde 2003.

Por mais que a Pandemia da Covid-19 tenha sido um verdadeiro empecilho para a efetivação plena do discurso neoliberal, pois atribuiu ao Estado a necessidade de intervenção ativa no caos instaurado na sociedade. Ações como a reforma da previdência, a reforma trabalhista e o Teto de Gasto se traduziram em expressões concretas da queda no nível de bem-estar geral da população que depende da venda da força de trabalho para sobreviver.

Ao mesmo tempo em que as condições de trabalho foram se tornando cada vez mais precarizadas, a disputa pela narrativa ganhou uma polarização que não tinha sido vista no atual século: O anti-petismo e o anti-establishment abriu portas para que a embrionária extrema-direita capturasse parte da sociedade brasileira num discurso reacionário empenhado em tornar a massa trabalhadora em aliada da sua própria exploração. Com isso, o proletariado, que já enfrentava dificuldades em formar unidade para fazer a disputa política por direitos, ganhou um forte inimigo na extrema-direita, que através das notícias falsas e a apresentação de uma realidade alternativa em canais de comunicação fora do controle público, forçava a classe trabalhadora a associar redução de direitos com liberdade de empreender.

Dessa forma, o avanço da agenda neoliberal e as sucessivas perdas de

direitos da classe trabalhadora não deveria ser surpresa para uma pessoa atenta no cenário político da sociedade brasileira até 2022. No entanto, com o fim do governo Bolsonaro e a eleição de um projeto de governo de frente ampla encabeçado pelo PT e pelo presidente Lula, a disputa da sociedade contra os ideários fascistas da extrema direita e pela volta de uma construção por unidade do povo brasleiro ganhou novamente corpo e, assim, colocou um freio ao avanço do neoliberalismo.

Numa conjuntura política complexa e ainda ditada por um congresso dominado pela direita e pela extrema-direita, assim como um BC refém das vontades do Mercado Financeiro, a atuação política do governo federal no campo econômico foi no sentido de ampliar (ou retomar) a capacidade de consumo das famílias brasileiras como motor para o desenvolvimento econômico, assim como restabelecer direitos perdidos ao longo das gestões anteriores (2016 - 2022). No entanto, por mais que o incremento de renda entre os mais pobres e a garantia de direitos perdidos sejam avanços que beneficiam a classe trabalhadora de forma concreta e elevam o nível de bem-estar, a capacidade de diálogo com o proletariado cooptado pela extrema-direita não parece ter melhorado.

Com uma taxa de aprovação pela primeira vez abaixo da taxa de desaprovação (janeiro/2025), a estratégia de alocação de recursos e esforços do governo não parece contemplar de maneira satisfatória a disputa da classe trabalhadora no Brasil. Portanto, é latente que entendamos de que forma essa disputa de narrativa está se dando e como podemos pender a balança da correlação de forças da sociedade para o nosso lado da disputa. Este é o esforço feito no restante desta seção.

TAXAR OS RICOS E AMPLIAR O ORÇAMENTO PARA A EDUCAÇÃO

O Brasil passou por uma série de desmontes do financiamento à educação. Após um período de expansão nos governos Lula 1 e 2 e Dilma, com aumento de vagas, contratação de profissionais e fortalecimento das políticas de assistência estudantil em políticas como REUNI, ProUni, FIES e PNAES, o governo Temer atacou esses avanços com a Emenda Constitucional 95, que congelou os

investimentos em educação, restringindo o crescimento do orçamento ao patamar de 2017 corrigido apenas pela inflação. Essa política levou as universidades federais a dificuldades severas, como atraso em repasses, cortes de financiamento para pesquisa e problemas operacionais básicos.

O governo Bolsonaro intensificou o desmonte da educação superior, promovendo maiores cortes orçamentários nos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Entre 2018 e 2022, as universidades federais enfrentaram ameaças de interrupção de atividades, como ocorreu na UFRJ em 2021, além do corte de R$763 milhões em 2022.

No atual governo Lula 3, o Novo Arcabouço Fiscal é menos rígido que o Teto de Gastos, e os investimentos em educação puderam voltar a crescer. Porém, as pressões pelo déficit zero têm levado a cortes contínuos no orçamento setorial, afetando especialmente a pesquisa e a assistência estudantil.

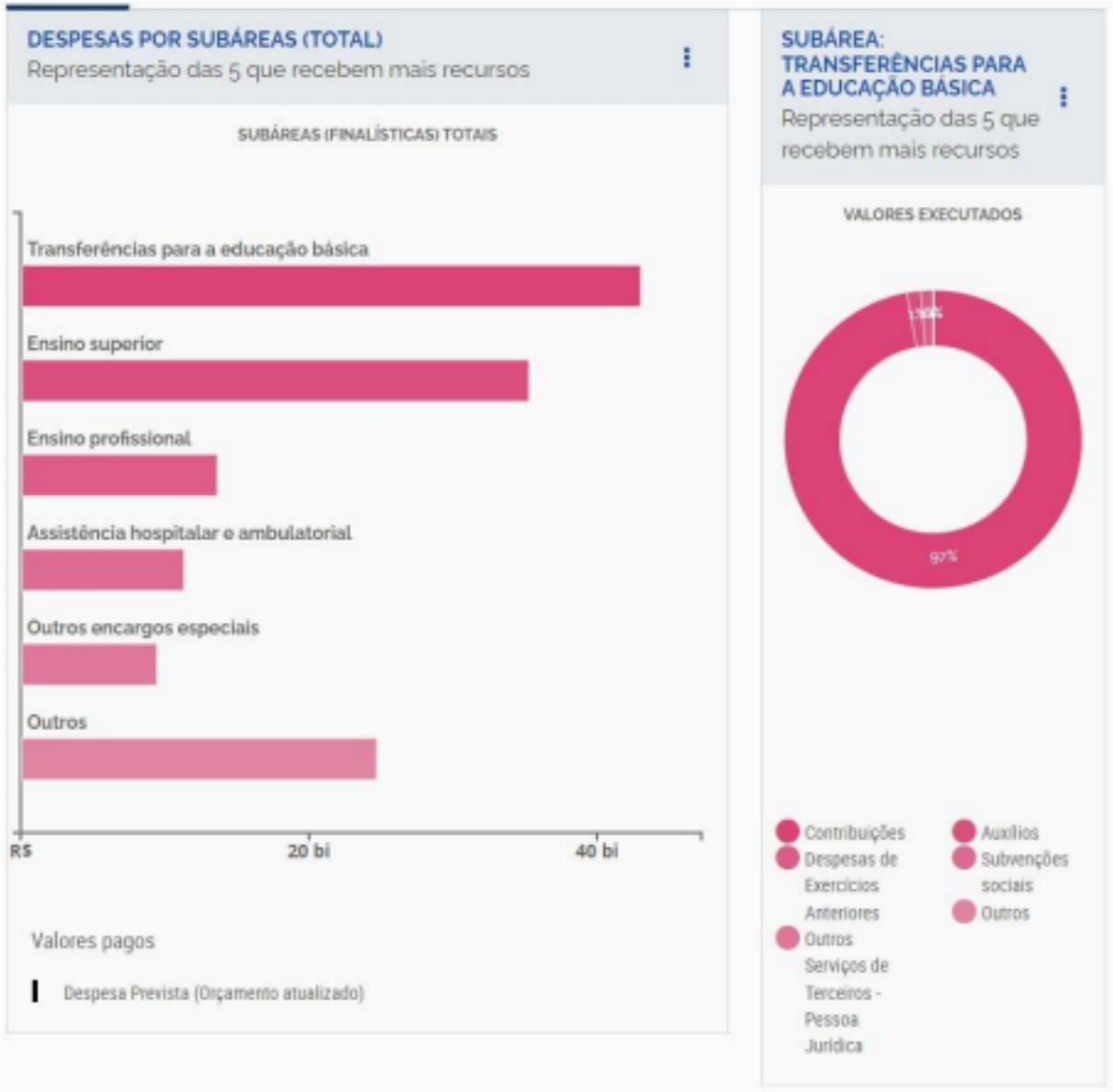
Adicionando ao quadro da crise de financiamento o ensino superior, percebe-se um quadro de desigualdade no ensino superior brasileiro em termos de qualidade e estabilidade de financiamento. Por um lado, universidades estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), que são financiadas por percentuais fixos do ICMS são o exemplo positivo nacional em termos de financiamento e desempenho acadêmico. Enquanto isso, as universidades federais e as demais universidades estaduais enfrentam uma crise de financiamento que
ameaça a continuidade de sua expansão e compromete suas atividades acadêmicas e de pesquisa. Os orçamentos das universidades federais estiveram sempre sujeitos a variações orçamentárias bruscas em decorrências à viradas no ciclo econômico e a mudanças na orientação político-ideológica da gestão estatal com a alternância de poder.

A forte desigualdade orçamentária e financeira entre as universidades públicas no Brasil reflete as disparidades entre estados, regiões do país e entes da federação e suas respectivas capacidades de arrecadação. São Paulo, o estado com maior arrecadação, é aquele com o maior volume relativo de recursos direcionados para suas universidades, e os demais estados e o Governo Federal enfrentam dificuldades por suas restrições de gastos.

Diante da instabilidade no adequado financiamento da educação, defendemos que taxar grandes fortunas pode trazer retornos efetivos para a educação do país. O projeto de Lula é claro quando diz que o pobre precisa entrar no orçamento e, por conta disso, o Governo Federal adotou medidas que aliviam o bolso dos mais vulneráveis como isenção de todos os produtos da cesta básica, o reajuste do salário mínimo acima da inflação, a isenção de IR para quem ganha até 5 mil reais Contudo, algumas propostas de emendas foram rejeitadas pela câmara dos deputados, como a taxação de grandes fortunas.

Vale ressaltar que há inúmeras propostas no congresso nacional para taxar grandes fortuna desde os anos 2000. A última elaborada e votada em 2024 junto com o pacote fiscal pela câmara tinha como objetivo taxar em 0,5% fortunas entre 10 e 40 milhões, 1% dos bens avaliados entre 40 e 80 milhões e 1,5% o montante superior a 80 milhões de reais. Com estas alíquotas, o país poderia aumentar sua receita em até 50 bilhões ao ano segundo algumas simulações do mercado. Para o ano de 2024, a União teve orçamento de 165,04 bilhões para área de atuação da educação, enquanto suas despesas executadas corresponderam a apenas 137 bilhões, totalizando um déficit de 28,04 bilhões. Portanto, fica evidente que os recursos adquiridos pela taxação de grandes fortunas poderia suprir o hiato orçamentário da Educação e aumentar o investimento nas áreas mais necessitadas desse setor como educação básica e ensino superior.

A taxação de grandes fortunas representa uma ferramenta no desenvolvimento econômico de forma sustentável. Em países marcados por altos níveis de desigualdade, como o Brasil, essa medida não apenas busca corrigir disparidades históricas, mas também representa uma oportunidade de alavancar setores fundamentais para o crescimento a longo prazo, como educação, ciência e infraestrutura. Um estímulo educacional mais forte não só
reduziria a disparidade social, mas também criaria mão de obra qualificada, elevando a renda da sociedade e projetando o país a níveis globais de competitividade.



COP 30: A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA E OS DESAFIOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na luta por um desenvolvimento sustentável a partir da Amazônia, as universidades brasileiras se veem em meio a uma disputa de discursos. Por um lado, são visíveis os sintomas do negacionismo científico que joga um véu sobre a crise ambiental alertada pelas

mais diversas instituições mundiais e meios de comunicação; por outro, a forma como essa crise aparece não é neutra: a estrutura da educação ambiental brasileira ainda adota, via regra, a chamada *abordagem pragmática-comportamental*. Segundo Marilena Loureiro, pós doutora paraense em Educação Ambiental e

Justiça Climática, tal corrente, alinhada com o discurso neoliberal, se volta para uma formação ecológica e cidadã individualista, apresentando soluções mercantilizadoras para a crise ambiental que vão na contramão da participação ampla das universidades, não só constituindo um entrave para uma conceituação justa e progressista da sustentabilidade, como marginaliza a participação coletiva da juventude estudantil ao pensar nossa relação com o ecossistema.

É claro como a hegemonia de nossa formação, hoje, ainda se apega a essa ortodoxia que gera uma fratura entre desenvolvimento e sustentabilidade. Mesmo os grandes eventos mundiais sobre meio ambiente, – como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), cuja trigésima edição será em 2025 no Brasil, em Belém do Pará – ainda se alinham com a perspectiva *reformista* do atual sistema econômico, sem reexaminar os distintos interesses das partes que negociarão o futuro do planeta e mantendo os princípios individualistas e mercantilizadores da abordagem do tema. É um desafio, diante disso, integrar o potencial amazônico em promover formas disruptivas de reestruturar nosso contrato socioambiental com as próximas gerações, sobretudo quando a falta de senso de continuidade nos faz questionar se há algum sentido em lutar pelo próximo (no tempo ou no espaço).

No entanto, isso não representa uma bandeira de desistência: ainda nos resta a reflexão crítica e contra-hegemônica, ainda nos resta o exame da realidade a partir não só das demandas sociais e soberanas de agentes vitimizados pela crise ambiental, como das dinâmicas estruturais que a provocam. As universidades são capazes de educar, de sensibilizar, de promover a socialização e encontro dos estudantes, além de ser possível aproveitar ou criar espaços dentro dessas instituições se agirmos por meio de uma movimentação política em prol do desenvolvimento sustentável e de uma transição ecológica justa. A Amazônia, no centro dessa ação, aparece este ano como uma práxis simbólica para a qual devemos nos direcionar: ouvir a diversidade dos povos que promovem saberes seminais e que demandam desenvolvimento; combater o racismo ambiental ao considerarmos as políticas sustentáveis praticadas na região amazônica; advogar a favor da constituição de uma soberania regional que resista às intervenções predatórias das grandes potências. Nossos
agenciamentos, assim, devem servir como um exemplo inter-regional de defesa do

desenvolvimento sustentável no cenário internacional.

Portanto, às vésperas da COP-30, não basta mais somente buscar a conscientização ambiental. Estamos conscientes da crise ambiental, mas falta, a muitas universidades, uma sensibilização crítica e mobilizadora que dê razões ao nosso dever socioambiental e coletivo pelo desenvolvimento. Nossa voz participativa dentro e fora da COP precisa reverberar para além de abordagens conservadoras da educação ambiental: se queremos ser escutados, como estudantes, a partir de nossas demandas ou lutas que escolhemos, é preciso fazer uso dos espaços universitários para encenar as falas a serem ditas por nossas vozes em torno da Amazônia para as grandes potências que, apesar de abrirem uma brecha para o debate soberano, trazem consigo um discurso neoliberal abstrato que choca com nossos interesses e constatações concretas da realidade.

EMPREGO DIGNO E RENDA PARA A JUVENTUDE - FIM DA ESCALA 6x1

A bandeira pelo fim da escala 6x1 subitamente criou um enorme engajamento popular e levou vários trabalhadores e trabalhadoras a perceberem as suas vidas sendo sufocadas por um regime de trabalho cujas condições impostas são progressivamente precarizadas. Com mobilizações massivas, essa é a primeira vez em anos que a base dos movimentos populares encabeçam uma disputa que pauta a ampliação dos direitos dos trabalhadores. A petição feita pelo Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) já conta com quase 3 milhões de assinaturas e cerca de 70% da população brasileira, quando perguntada, afirma concordar com o fim da escala de trabalho 6x1. A pauta tem se mostrado um anseio da classe trabalhadora, sobretudo da juventude preocupada com as perspectivas de vida futura submetida ao trabalho.

O ponto que circula toda a pauta do fim da escala 6x1 é que as pessoas querem viver além de trabalhar. Com as longas jornadas de trabalho falta tempo para se empenhar em atividades de lazer, cultura, saúde mental e física, educação

e até mesmo ao ócio. Importante ressaltar, que o problema reside na dinâmica de trabalho que não permite que as pessoas vivam, apenas sobrevivam. Além disso, o campo de trabalhadores desocupados, desalentados, sem condições de trabalhar, sem carteira ou que estão em busca de estratégias
de sobrevivência soma 53 milhões de pessoas, gerando pressões diárias, físicas e psíquicas, sobre a população dentro deste número e também sobre a população no mercado de trabalho que tem competido por postos de trabalhos pouco remunerados - em 2023, 60% dos trabalhadores recebiam até 1 salário mínimo (PNAD Contínua).

A juventude se mostra preocupada com as condições que lhes espera no futuro. Embora 70% dos jovens brasileiros estejam inseridos no mercado de trabalho, ainda há uma frustração a partir da promessa de que a educação os salvaria, mas se deparam com uma realidade onde, mesmo com uma formação melhor que a dos pais, os jovens não tem uma vida melhor, além de muitas vezes não conseguirem um trabalho na área de formação e em um cenário do mercado de trabalho onde os salários não são suficientes para a realização desses jovens, em decorrência disso não é incomum ver o crescimento da juventude sujeita ao trabalho informal. Os dados da Pnad Contínua Trabalho de Crianças e Adolescentes mostram que dos jovens empregados, cerca de 76% no ano de 2022 estavam alocados no mercado de trabalho informal.

Importante comentar também que diversos trabalhadores se veem inseridos em uma escala 7x0, a exemplo dos trabalhadores informais, que compõem 40% da popualação ocupada (Ipea), sendo em sua maioria trabalhadores negros, principalmente mulheres e homens negros que apresentaram, em 2022, taxas maiores de pessoas na informalidade em comparação à média nacional e aos demais grupos demográficos (FGV Ibre). Essa questão da demografia do trabalho informal se dá principalmente por conta do passado escravocrata brasileiro na formação do mercado de trabalho e da integração marginal da população negra na sociedade de classes no Brasil, como mostrou Florestan Fernandes.

O principal argumento contrário ao fim da 6x1 levantado é baseado em projeções econômicas setoriais. O argumento econômico defensor dos ganhos da classe capitalista no Brasil foi recorrente em diversas pautas que já atravessaram a vida do trabalhador, como na implementação do 13º salário ou do salário mínimo.

Nessa linha, se fosse aceita a agenda da economia neoclássica/liberal, da grande mídia e do empresariado nacional e internacional, a política de valorização do salário mínimo não teria avançado e garantido ganhos substanciais aos trabalhadores no Brasil.

O Brasil apresenta custo de mão de obra baixo e jornadas de trabalho anuais que se configuram entre as mais altas ao redor do globo. A redução da jornada é necessária também no contexto atual do capitalismo, em que é possível aumentar a produtividade dos trabalhadores baseado em implementação de tecnologias de processos. Defendemos, nessa linha, que possamos investir, enquanto nação, em tecnologias capazes de caminhar ao lado da
geração de empregos no país. Defendemos que a redução da jornada de trabalho, ademais disso, não seja acompanhada de redução salarial, uma vez que mantido o nível dos salários possamos avançar no sentido de uma distribuição de renda mais justa sobre a produção nacional e socializemos os frutos do progresso técnico.

O fim da escala 6x1 traz à tona este debate sobre diminuição salarial frente a diminuição da carga horária de trabalho. Pensar em termos de diminuição da carga de trabalho e, concomitantemente, diminuição do salário de empregos registrados, leva-nos também intuitivamente a pensar no escoamento dos trabalhadores do campo formal (trabalho registrado) para o campo informal (trabalho não registrado), tendo em vista a desproteção do trabalhador em trabalhos formais precarizados e a possibilidade de ganhos maiores sob a lógica de jornadas de trabalho extenuantes na informalidade também desprotegidas pela regulamentação da CLT.

Portanto, se mostra como tarefa da juventude brasileira, filha da classe trabalhadora, a consolidação de presença nas discussões que vão formular a PEC a ser tramitada no congresso nacional, a fim de que possamos discutir os rumos do mercado de trabalho que nos espera e, mais do que isso, que possamos defender um projeto de nação e de trabalho de esquerda que assegure dignidade à vida dos trabalhadores brasileiros e fortaleça as organizações da classe trabalhadora em prol do desenvolvimento econômico justo e inclusivo.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM FAVOR DA SOBERANIA: A UNIVERSIDADE NO CENTRO PARA SUPERAÇÃO DA CRISE E O FORTALECIMENTO DE UMA NOVA INDÚSTRIA

Sabe-se que a necessidade de se proteger a soberania de um país e uma economia forte passa pela importância da garantia do progresso técnico e social. Evidentemente, esse progresso técnico e social é garantido a partir de uma atuação forte do Estado brasileiro como vetor do desenvolvimento econômico. Atuando sobre áreas que a iniciativa privada em sua grande maioria das vezes não atua dada a aversão ao risco inerente de processos inovativos.

Dessa forma, a importância de maiores investimentos em ciência e tecnologia (P&D) torna-se um dos aspectos primordiais na garantia da soberania do Brasil, uma vez que a

história corrobora com uma parcela significativa das argumentações em prol do investimento em P&D. Fatos como o surgimento da internet, desenvolvimento da tecnologia por trás do GPS, componentes utilizados na fabricação de *smartphones*, fibra ótica, o processo de transesterificação que permite a produção dos biocombustíveis, a penicilina e tantos outros afirmam a importância da ciência e tecnologia como fator de garantia para a soberania nacional e progresso econômico, tanto nas economias centrais quanto nas economias da periferia do capitalismo.

Embora consideremos o Estado como agente principal dessas iniciativas, devemos ressaltar o meio pelos quais esses avanços foram conquistados - as universidades públicas. Foi através dessas instituições que esses avanços foram conquistados e, sobretudo, consolidados. Apenas por meio delas que a ciência voltada para o combate das mazelas da sociedade se torna possível, é por meio delas que garantimos o desenvolvimento como liberdade no sentido de Amartya Sen. Convém lembrar que foi graças a uma pesquisadora da Universidade Federal da Bahia que liderou o primeiro trabalho de sequenciamento genético do vírus da Covid-19, que possibilitou a produção de vacinas e a salvação de milhares de vidas durante um dos períodos de maior obscurantismo e negacionismo científico que a sociedade brasileira pode vivenciar. Foi através desses mesmos pesquisadores que foi possível o desenvolvimento de um protótipo de ventilador pulmonar que

contribuiu com a manutenção de vidas quando estas passaram a serem vistas apenas como um número apresentado em um telão no jornal de televisão. Foi através, também dessas instituições, que se tornou possível a produção do biodiesel que tanto contribui para redução da emissão dos gases de efeito estufa e da dependência de fontes de energia não renováveis.

Portanto, a Federação Nacional dos Estudantes de Economia afirma e defende a importância do investimento em ciência, tecnologia e, sobretudo, nas universidades públicas. A Federação afirma e finca sua presença na luta pela recomposição orçamentária dessas instituições que promovem o progresso técnico e social do nosso país, pois esta entidade acredita que, na garantia do bem-estar social, na preservação de vidas e transição energética é que se manifesta a soberania de um país forte, inclusivo e mais igualitário.

DO PÉ DE MEIA UNIVERSITÁRIO À REGULAMENTAÇÃO DO PNAES: QUAIS OS PRÓXIMOS DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

A regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surge como um desafio central para consolidar e ampliar os avanços na democratização do ensino superior no Brasil. Nos governos Lula e Dilma, políticas educacionais como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foram essenciais para ampliar o acesso ao ensino superior, tanto nas universidades públicas quanto privadas. O PNAES, instituído no contexto do Reuni, teve um papel fundamental ao garantir a permanência de estudantes de baixa renda por meio do financiamento de alimentação, moradia, transporte e outras necessidades. Esse avanço consolidou a assistência estudantil como uma política pública estruturada, reduzindo a dependência exclusiva das IFES para garantir a permanência dos alunos mais vulneráveis.

A nova realidade fiscal imposta pelo arcabouço fiscal representa um incerteza à efetivação da assistência estudantil. Embora o novo modelo seja mais flexível que o teto de gastos da Emenda Constitucional 95, ele ainda limita o crescimento das despesas primárias a um percentual fixo do crescimento da receita, o que pode inviabilizar o aumento expressivo de recursos para a educação.

Essa limitação compromete não apenas a regulamentação do PNAES, mas também a própria meta de financiamento da educação estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Dessa forma, para garantir a continuidade da assistência estudantil e evitar retrocessos na inclusão de estudantes de baixa renda no ensino superior, será necessário repensar as regras fiscais vigentes e priorizar investimentos estruturais na educação pública.

2. CONJUNTURA DOS CURSOS DE ECONOMIA

Esta seção tem por objetivo apresentar o acúmulo dos debates da federação com a base dos centros acadêmicos de economia sobre as temáticas latentes do movimento estudantil em faculdades de economia do Brasil. Os textos são baseados em coletâneas de teses construídas com os estudantes em eventos presenciais e online ao longo da atual gestão da FENECO que iniciou-se em agosto de 2024.

SAÚDE MENTAL

Com a crescente democratização do acesso ao ensino superior e a diversificação do quadro discente, questões de saúde mental emergem como um desafio urgente. A pressão
acadêmica, aliada às dificuldades financeiras e sociais, afeta significativamente o bem-estar dos alunos, especialmente em cursos intensivos e teóricos como o de Ciências Econômicas. Estes que, além de serem academicamente exigentes, lidam com temas que por si só são emocionalmente desafiadores, como a desigualdade social no nosso país e a destruição dos recursos naturais, muitas vezes levados de forma rasa pelo quadro docente.

Estudantes de economia podem sentir uma pressão adicional para compreender e lidar com questões complexas, especialmente em um ambiente que, frequentemente, não oferece suporte suficiente e não aborda questões alinhadas à sua realidade.

- Inclusão e Pertencimento

Com o advento do SISU e a gradual, porém constante, democratização da educação em nível superior nota-se um aumento da pluralidade dentro da universidade. Com isso, surgem os questionamentos e desafios relativos à identificação e senso de pertencimento aos espaços universitários que, muita das vezes, não são adequados a corpos e as rotinas diversas. Nesse passo, sendo a Economia um curso que se propõe ao debate das realidades, torna-se ainda mais importante que sanemos questões que vão da pouca acessibilidade nos espaços físicos ao baixo quantitativo de docentes que inspirem a permanência e avanço dentro da academia.

- Pertencimento simbólico:

O Brasil possui uma composição heterogênea, com distintas realidades e configurações que vão desde a cidade até o campo, desde populações marginalizadas até as elites, entre homens e mulheres negros e brancos, de distintas necessidades especiais e indentificações de gênero. Com o amplo acesso a Universidade, pessoas de cada uma dessas realidades chegam a universidade e encontram um debate eurocêntrico e antropogênico.

Sendo uma realidade quase unânime, é fato que o corpo docente nos cursos de Ciências Econômicas é composto, majoritariamente, por homens brancos e cisgênero, enquanto docentes de corpos negros e femininos são minorias. Essa desigualdade consequentemente acaba por desestimular o avanço e permanência acadêmica no ponto de representatividade dos espaços, já que não há identificação por parte dos discentes. É necessário então, que melhores e mais efetivas ações e medidas sejam tomadas para que este quadro mude, como por exemplo a garantia de que os concursos públicos sejam realizados com cotas de gênero e raça.

Os avanços no acesso à universidade, que mudou o perfil dos estudantes, não foi acompanhado por adequações nas estruturas e conteúdos do curso. A ausência de bibliografias negras, feministas e indígenas contribui com a falta de pertencimento

Sendo uma realidade quase unânime, é fato que o corpo docente nos cursos de Ciências Econômicas é composto, majoritariamente por docentes masculinos, brancos e cisgênero. Enquanto isto, docentes de corpos negros e femininos são, no

curso de economia, minorias. Fato este que acaba por desestimular o avanço e permanência acadêmica no ponto de representatividade dos espaços. É necessário, que melhores e mais efetivas ações e medidas sejam tomadas para que este quadro mude.

● Fomento a espaços de lazer e descontração

O fomento a espaços de lazer e descontração nas universidades é fundamental para promover a saúde mental e o bem-estar dos estudantes, oferecendo um ambiente que vai além das exigências acadêmicas e propicia momentos de relaxamento e interação social. Esses espaços permitem que os alunos façam pausas produtivas, reduzam o estresse e se envolvam em atividades recreativas que aliviam a pressão do cotidiano universitário. Além de melhorar a qualidade de vida no campus, esses ambientes incentivam uma convivência mais saudável e estimulam o desenvolvimento de vínculos e redes de apoio entre os alunos, criando um espaço universitário mais acolhedor e integrativo.

● Valorização das organizações estudantis:

As entidades e coletivos formados por estudantes são fundamentais para fomentar o sentimento de pertencimento na Universidade. São nessas organizações que os estudantes criam laços e têm acolhimento diante da vida universitária. Valorizar essas organizações é garantir apoio de estrutura e de recursos. Nesses sentidos, Conselhos de Organizações Estudantis enquanto espaços de formalização das organizações junto às Universidades são fundamentais.

As entidades e coletivos formados por estudantes são fundamentais para a criação de laços e espaços de acolhimento diante da trajetória do curso, fomentando o sentimento de pertencimento na Universidade além de garantir os direitos básicos frente às frequentes tentativas de privatização e representar as demandas locais dos discentes valorizar essas organizações é garantir um ponto de apoio, de estrutura e de recursos. Nesses sentidos,
reconhecer, apoiar e conceder espaço aos movimentos em processos decisórios contribui para a formalização das organizações junto às Universidades e

Faculdades, públicas ou privadas.

- Obrigatoriedade de Provas Substitutivas e abono de presença na presença de atestado

A obrigatoriedade de provas substitutivas mediante apresentação de atestado médico é uma medida essencial para a valorização da saúde mental dos estudantes, pois oferece uma alternativa justa para aqueles que, devido a questões de saúde, não puderam comparecer às avaliações. Essa prática reconhece que momentos de vulnerabilidade exigem compreensão e apoio, permitindo que os alunos cuidem de si sem o receio de perder oportunidades acadêmicas. Ao acolher esses casos com uma abordagem mais humanizada, a instituição promove um ambiente inclusivo e incentiva a continuidade dos estudos com o equilíbrio necessário entre desempenho acadêmico e bem-estar.

- Ouvidorias funcionais e efetivas

Ouvidorias funcionais e efetivas passam pela adequada divulgação dos seus processos e mecanismos de acesso. Ou seja, é preciso explicitar os casos em que se justifica o contato com a ouvidoria, como assédio, mais comumente assédio moral, além de comentários machistas, misóginos, sexistas, racistas, LGBTfóbicos, entre outros, de maneira aberta ou, na maior parte dos casos, implícita. Da mesma importância é expor para toda a comunidade as consequências dessas atitudes para que não se repitam e para encorajar o estudante a realizar a denúncia. No entanto, de nada é útil se as devidas providências não forem tomadas, como o afastamento efetivo de docentes e discentes racistas e/ou que cometeram assédio.

MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana é, sem dúvidas, um dos principais problemas enfrentados pelo estudante, seja público ou privado que, na busca de melhorar sua

realidade através dos estudos, tem de lidar. De conduções lotadas, a trânsito caótico e longos trajetos, a muita das vezes, necessitar pegar mais de uma condução ou de meio transporte para chegar até a
Universidade, os discentes, espalhados de norte a sul deste país, tem urgência na discussão sobre a melhoria na mobilidade urbana, assim como nos debates sobre moradia estudantil e horários mais condizentes com a realidade das universidades de hoje que, cada semestre mais, são compostas por pessoas que dependem de transportes públicos para se deslocar até as dependências dos campus.

- Moradia Estudantil, inclusive em instituições privadas

A moradia estudantil muitas vezes é condição para a permanência dos alunos nos cursos. É uma necessidade por vezes devido à migração de outras regiões do Brasil, a fim de atingir novas perspectivas de vida e carreira, mas também em grande medida justamente pela dificuldade de mobilidade urbana, o que demonstra como são todos os problemas inter
relacionados. De uma maneira ou outra, as condições financeiras dos alunos impõe a carência de moradia de qualidade. No entanto, mesmo com o oferecimento de moradia dos conjuntos residenciais universitários, o problema permanece, dadas as más condições em que se encontram em algumas universidades, pela estrutura da construção, algumas inacabadas, ou pelo mobiliário e utensílios que não suprem as necessidades dos estudantes. Com isso, a solução dos conjuntos residenciais universitários resolve em parte essa grave questão, mas em muitos casos não deixam de ser um enclave dentro da universidade.

- Horários acessíveis de aula

Horários acessíveis de aula são uma demanda cada vez mais presente pela necessidade maior de trabalhar ou estagiar por parte de cada vez mais alunos e cada vez mais cedo no curso. É consequência direta da transição de perfil proporcionada pela adoção das cotas nas universidades públicas e exige que as faculdades se adaptem à essa nova realidade. Em alguns casos trata-se de alguma alteração nos horários já existentes, principalmente em cursos noturnos, porém em outros urge a necessidade de criação dos cursos noturnos.

- Acesso gratuito ao transporte público/translado entre campis

Uma realidade que afeta muitos estudantes é a falta de translado entre campis da mesma universidade, tendo que arcar com o custo de se deslocar de um campus ao outro quando precisa frequentar ambos os espaços para a sua formação. Dessa forma, é necessário que as universidades viabilizem formas de que os estudantes, principalmente os de baixa
renda, possam realizar esse deslocamento sem que a permanência desses estudantes seja afetada.

SUPORTE UNIVERSITÁRIO

Para aprimorar o apoio aos estudantes no ambiente universitário, é essencial desenvolver políticas e práticas que realmente atendam às suas necessidades e potencializem o seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. A seguir, estão alguns pontos fundamentais para a criação de uma rede de suporte mais robusta e inclusiva:

- Subsídio Estudantil

Para garantir que todos os alunos tenham condições adequadas para concluir sua formação, é importante ampliar as políticas de subsídio estudantil, levando em conta as realidades locais e o custo de vida das cidades onde as instituições estão inseridas. Isso permitiria que o suporte financeiro fosse mais alinhado às necessidades reais dos estudantes, proporcionando um impacto positivo em seu desempenho acadêmico e sua permanência na universidade. É essencial também definir critérios claros de participação, assegurando transparência e justiça na seleção dos beneficiários desses auxílios.

- Apoio Psicopedagógico/Psicossocial

Para prevenir que alunos alcancem um estado de esgotamento e

desmotivação acadêmica, é vital que as universidades ofereçam um acompanhamento contínuo do progresso acadêmico de cada aluno. Essa abordagem preventiva, realizada por profissionais capacitados e com uma visão holística da vida acadêmica, permitirá que as dificuldades sejam identificadas e abordadas antes que se tornem um obstáculo para a conclusão do curso. Além disso, é fundamental investir em formações para os professores, capacitando-os a lidar com a saúde mental e bem-estar dos alunos de forma empática e eficaz.

- Bolsas de Estudo

A ampliação das bolsas de estudo em instituições privadas representa um compromisso significativo com a inclusão social e a democratização do acesso à educação. O
aumento dessas oportunidades para estudantes de baixa renda contribuirá para que mais pessoas possam transformar suas realidades, além de enriquecer o ambiente universitário com uma maior diversidade de perspectivas.

- Manuais de Iniciação Científica e Divulgação de Oportunidades

Outro ponto relevante é o incentivo à participação em atividades de iniciação científica, que enriquecem o percurso acadêmico e fomentam o desenvolvimento de novas habilidades. A criação de manuais claros, com um passo a passo de como iniciar uma pesquisa científica, e a divulgação regular de oportunidades de bolsas de estudo são iniciativas que podem aproximar os estudantes da pesquisa acadêmica e abrir portas para o desenvolvimento de suas carreiras.

Essas propostas, quando implementadas de forma integrada, podem transformar a experiência universitária, criando um ambiente onde os alunos sintam-se acolhidos e apoiados em todas as dimensões.

Além dessas proposições, vale destacar a necessidade de:

- Programa de nivelamento acadêmico para alunos que entram na universidade com defasagem
- Obrigatoriedade da representação discente, principalmente nos

Conselhos de Economia: Estudantes são parte essencial do processo de decisão na universidade

- Calendário que leve em conta alunos “atrasados”: SISU, Lista de Espera e PROUNI…
- Inclusão de turmas no matutino e no noturno: Estágio é permanência e precisamos operacionalizar a transição dos alunos

MUDANÇAS CURRICULARES

É notório que a Economia atravessa um importante momento de mudança. O choque causado pela Pandemia da Covid-19 em meio à agenda neoliberal no Brasil, a destruição dos
recursos naturais associado a emergência climática, o desenvolvimento de um mundo multipolar e o aprofundamento das desigualdades sociais de forma global representam algumas das transformação que são pautas caras para a ciência atualmente e, especialmente, para a próxima geração de economistas.

Dessa forma, para conseguirmos, enquanto cientistas sociais, enfrentar os desafios postos para os próximos anos, é necessário que haja cada vez mais incorporação desses temas no processo de formação dos estudantes de Economia. No entanto, o que se observa quando olhamos para as grades curriculares de economia é que muitas vezes elas não são capazes de abarcar essas novas problemáticas de forma crítica. Em alguns casos, observamos até mesmo reformas que caminham no sentido oposto, adotando cada vez mais matérias que preparam o aluno não para pensar criticamente e atuar no exercício de sua profissão à vista da Economia como ciência social, mas para fortalecer uma visão tecnocrata e neoliberal que somente a instrumentaliza em função de disputas internas e externas do nosso campo de atuação.

Visando a imposição dessa agenda, em muitos casos os cursos inclusive não cumprem os requisitos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Educação,

simplesmente excluindo-se créditos referentes à áreas como história econômica ou de formação geral, que contribuem para uma abordagem mais abrangente da economia. Em alguns casos, criam-se créditos fantasma, disfarçados como créditos de trabalho, mas sem lastro em alguma significativa atividade extra sala comparativamente com outras disciplinas, inclusive porque não haveria a necessidade.

Além da marginalização de determinadas áreas da economia, para algumas faculdades há uma defasagem na quantidade de disciplinas optativas oferecidas, ou na pluralidade delas. É um fator importante, uma vez que muitos dos cursos se constituem em parte considerável como disciplinas optativas. Contudo, a falta de pluralidade contempla por vezes o próprio núcleo do curso, quanto à teoria econômica. Nesses casos, falta dentro disciplinas como macroeconomia a abordagem de mais perspectivas teóricas, ou mesmo de temas essenciais à compreensão da dinâmica, como economia do desenvolvimento.

Esse cenário é em grande parte reflexo do quadro de professores de cada faculdade, mais diretamente no oferecimento de optativas e na formulação das disciplinas obrigatórias, porém também se manifesta na direção que os departamentos deliberam para o curso, quando são repensadas as grades. Não somente, como também se mostra relevante a perspectiva
pedagógica daqueles professores em cargos de liderança, entre diretor, chefe de departamento, e coordenador de curso, que podem atuar em função exclusivamente do mercado, tratando a faculdade como uma mera prestadora de serviços à sociedade, mas por outro lado podem compreender além disso o papel crítico das universidades e recolocar os estudantes como os futuros intérpretes e atores do Brasil.

- Importância da introdução:

É o primeiro contato dos ingressantes com o pensamento puramente econômico, sendo um meio de introduzir questionamentos e ideias que precisam ser pautadas durante toda a graduação, promovendo o questionamento e o estudo das diversas crises que vivemos na atualidade: Crise social, crise ambiental, econômica, política,...

- Transversalização de campos do conhecimento que incluam as questões ambientais, raciais e de gênero no currículo e Interdisciplinaridade na Economia

Finalidade de retornar ao caráter crítico do ambiente universitário, fazendo frente a lógica de mercado aplicada na contemporaneidade (crítica realizada pelos professores). Somos um curso que se isola em si mesmo – citar Nadya Guimarães e a atomização do sujeito

- A grade curricular reflete a composição de professores dentro da faculdade – Precisamos estabelecer critérios claros sobre a QUANTIDADE de professores por área do conhecimento dentro dos cursos.

É inegável que as faculdades que passam por reforma curricular tendem a favorecer uma área da economia que compõem maioria entre os professores. Não se trata apenas de uma questão acadêmica, mas de uma construção política de cada departamento e comissão de curso. Exemplo do Saes

- Valorização das matérias eletivas na formação do economista: Há vários caminhos a serem trilhados

Além de um ciclo básico robusto do ponto de vista dos métodos quantitativos, formação histórica, sociológica, precisamos que as faculdades ofereçam trilhas distintas de formação que valorizem as diversas facetas que as Ciências Econômicas possui.

Vale destacar também as seguintes proposições:

- Incentivo à construção de ementas que valorizem o debate dentro de sala de aula.
- Grades curriculares preocupadas em estabelecer um Projeto de País na formação dos alunos
- Regulamentação dos Cursos EaD – Como viabilizar a modalidade sem a perda de qualidade no ensino

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Ao longo da graduação de Economia, entendemos que a economia alia teoria ao ferramental técnico quantitativo para entender, explicar e auxiliar a sociedade a se organizar da forma mais adequada. Em uma sociedade em constante mutação, nosso objeto de estudo não é fixo e demanda um contato contínuo com elementos que vão além da sala de aula, mas que efetive o conhecimento em sala para além dos limites da ciência econômica.

A extensão se apresenta como essa ferramenta que possibilita não só a prática em uma determinada área mas também a necessária integração da economia com outras áreas do conhecimento, qualificando melhor o discente para lidar com os problemas da realidade, além de possibilitar o fomento tão necessário a pluralidade da ciência econômica, sendo um potencial de produção de novo conhecimento que se adeque cada vez melhor a realidade brasileira e Latina americana e regional.

Além disso, a extensão contribui para a identificação e permanência no curso, o que considerando o perfil ansioso atual dos alunos, supre sem prejudicar o desenvolvimento do aluno ao longo do curso. É preciso que os cursos de Ciências Econômicas ofereçam aos estudantes uma formação heterogênea, mais flexível e dinâmica, que os prepare para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo, além de apresentar a pluralidade de pensamentos e de visões durante a formação.

Dessa forma, seguem as proposições:

- Valorização das entidades estudantis como formas de atividade de extensão, especialmente nas instituições privadas:
- Valorização e estímulo ao PET (programa educação tutorial);
- REGULAMENTAÇÃO: Espaço de reconhecimento e valorização das extensões já existentes;
- Defesa de uma extensão conduzida de forma horizontalizada, mas com apoio contínuo do professor para desenvolvimento do projeto;
- Multidisciplinariedade das Extensões, garantindo oportunidades de

integração entre diferentes áreas do conhecimento para construção conjunta;

NOVAS TECNOLOGIAS

As mudanças socioeconômicas e de demografia acontecem de forma rápida, demandando dos economistas o fornecimento de explicações sobre tais assuntos, para isso, é necessário o ferramental técnico para que o formando consiga de forma prática e que acompanhe a velocidade das mudanças sociais e econômicas. Para isso, faz-se necessário o uso de ferramentas de programação e inteligências generativas, de maneira que todos os profissionais em formação possam contar igualmente com o conhecimento desses recursos exigidos pela sociedade na prestação de serviços.

Não podemos negligenciar o valor de cursos que utilizam a tecnologia como chave e base do curso, mesmo que tais divirjam do pensamento crítico realizado agora. A PUC- SP por exemplo ainda não utiliza R como ferramenta para o ensino de econometria, colocando seus formando em uma posição de defasagem perante outros cursos de excelência.

Além disso, é necessário que haja a adequação do ensino ao uso de inteligência generativa de forma não proibitiva, mas como ferramenta (e não muleta) no auxílio de análises de dados e pesquisas, pois precisamos entender que tais transformações são inevitáveis e irá permear cada vez mais a produção científica, por isso não só os professores mas também os futuros alunos precisam desmistificar a ferramenta para que possa ser utilizada de forma consciente, capacitando para uma análise crítica levando em consideração a nova ferramenta

3. CONCLUSÃO

A ciência econômica é essencialmente concebida como a área do conhecimento que estuda a produção, distribuição e tomada de decisão

sobre os recursos necessários para a satisfação das necessidades humanas. No entanto, essa simples definição não dá conta de um ramo de conhecimento tão complexo e cheio de minúcias, uma vez circunscrito à racionalidade e subjetividade dos agentes econômicos.

Este cenário, obviamente, acaba por desenvolver diferentes modos de análise e atuação sobre a realidade em que vivemos, suscitando a constante necessidade de debater sobre as teorias econômicas e o propósito de atuação do Economista. Este deve levar em consideração os princípios básicos que regulam a troca e a produção de riqueza, visando promover o bem-estar humano e o desenvolvimento da sociedade, que, mais do que nunca, passa por transformações imensuráveis no campo político e ambiental, que refletem diretamente nas condições e na permanência de vida humana ao longo das próximas gerações.

É tendo isso em mente que a FENECO, Federação nacional dos estudantes de economia, busca fortalecer, unir e representar os estudantes de economia do Brasil, lutando por uma formação crítica e democrática que seja capaz de construir um futuro justo e equitativo. Como demonstração desse compromisso, nos mantivemos presentes em importantes rodas de discussão e espaços deliberativos, reivindicando as demandas dos estudantes de economia para construção de um futuro próspero, plural e sustentável.

Assinado,

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA - GESTÃO CURTO-CIRCUITO